

Departamento do Trabalho dos EUA

Conclusões sobre as piores formas de trabalho infantil, 2019

Brasil

Em 2019, o Brasil fez um avanço moderado em seus esforços para eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo publicou duas versões atualizadas da “Lista Suja” nacional, contendo informações sobre empregadores que, segundo o Ministério da Economia, foram descobertos usando trabalho escravo, incluindo o de crianças. O Ministério Público do Trabalho e a Polícia Federal também assinaram um acordo de cooperação técnica de três anos para combater o trabalho infantil e o trabalho forçado, com o objetivo de aumentar a capacidade técnica das duas instituições, proporcionando também acesso mútuo às suas bases de dados para um intercâmbio mais eficiente de informações. Além disso, os governos em nível nacional, estadual e municipal realizaram uma ampla variedade de campanhas de conscientização ao longo do ano, inclusive um encontro nacional de combate ao trabalho infantil no qual os participantes colaboraram em uma agenda coordenada de melhor promoção da educação e do combate ao trabalho infantil. Além do mais, o Ministério Público do Trabalho e a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia promoveram a Quarta Semana Nacional da Aprendizagem, programa que tem contribuído significativamente para reduzir o trabalho infantil no país, e a Secretaria do Desenvolvimento Social do estado de Pernambuco deu assistência a 8.932 vítimas de trabalho infantil. No entanto, as crianças no Brasil são empregadas nas piores formas de trabalho infantil, inclusive na exploração sexual comercial, às vezes decorrente de tráfico humano. As crianças também são empregadas em trabalhos na agricultura, inclusive na produção de café. Embora o Brasil tenha feito esforços significativos em todas as áreas relevantes durante o período do relatório, a proibição do tráfico infantil requer que seja comprovado o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para a tipificação do crime de tráfico infantil, não atendendo, portanto aos padrões internacionais do trabalho. Além disso, não existem inspetores do trabalho em número suficiente para propiciar a cobertura adequada da força de trabalho, e os governos municipais não têm capacidade para implementar e monitorar plenamente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Bolsa Família e outros programas de proteção social.

Com base no relatório, foram identificadas ações recomendadas capazes de promover a eliminação do trabalho infantil no Brasil.

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Arcabouço jurídico	Assegurar que as leis não requeiram o uso de ameaça, violência, coerção, fraude ou abuso para tipificar o crime de tráfico infantil.	2016 – 2019
	Garantir que a lei proíba criminalmente o recrutamento de crianças menores de 18 anos por grupos armados não estatais.	2016 – 2019
	Aumentar a idade mínima para o trabalho de modo a que coincida com a idade da educação compulsória.	2018 – 2019

Área	Ação recomendada	Ano(s) recomendado(s)
Aplicação da lei	Publicar dados completos sobre a aplicação das leis trabalhistas e penais.	2012 – 2019
	Aumentar significativamente o número de inspetores do trabalho para atender à recomendação técnica da OIT.	2014 – 2019
	Impor sanções por condenações relacionadas às piores formas de trabalho infantil.	2018 – 2019
	Certificar-se de que os órgãos de fiscalização pertinentes estejam aptos a coordenar esforços para coletar dados sobre casos que envolvam tráfico humano para exploração sexual, providenciando para que os dados sejam desagregados por idade da vítima.	2009 – 2019
	Garantir que todos os que violem as leis relativas ao trabalho infantil, inclusive em suas piores formas, sejam punidos de acordo com a lei.	2015 – 2019
Coordenação	Certificar-se de que a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes esteja capacitada a cumprir o mandato que lhe cabe.	2019
Políticas governamentais	Proporcionar recursos adequados para garantir que as metas definidas no Plano Nacional de Educação sejam cumpridas.	2015 – 2019
Programas sociais	Remover as barreiras à educação, assegurando inclusive um número adequado de professores capacitados, melhorando a infraestrutura escolar e tomando medidas para matricular crianças nas áreas rurais.	2013 – 2019
	Expandir a acessibilidade dos serviços de registro de nascimento em áreas remotas e certificar-se de que as comunidades indígenas estejam cientes dos benefícios do registro de nascimento.	2013 – 2019
	Apoiar os governos municipais na implementação e monitoramento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e do Bolsa Família.	2009 – 2019
	Proporcionar recursos adequados aos governos estaduais para assegurar que as vítimas de tráfico infantil recebam serviços sociais apropriados, e garantir a disponibilidade de abrigos especializados para crianças vítimas de exploração sexual comercial.	2012 – 2019